

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.305.521 - SP (2018/0135774-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A  
**ADVOGADOS** : YOON HWAN YOO - SP216796  
YOLANDA JACOPINI DA COSTA E OUTRO(S) - SP371046  
**AGRAVADO** : MARCIA APARECIDA DA SILVA CAMATA  
**AGRAVANTE** : MARCIA APARECIDA DA SILVA CAMATA  
**ADVOGADO** : MARCUS VINÍCIUS GRAMEGNA - SP130376  
**AGRAVADO** : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A  
**ADVOGADOS** : YOON HWAN YOO - SP216796  
YOLANDA JACOPINI DA COSTA E OUTRO(S) - SP371046  
**AGRAVADO** : LUIS ALBERTO SPROVIERI  
**ADVOGADO** : HELIO BELISARIO DE ALMEIDA - SP222542  
**AGRAVADO** : MAURO RESENDE FILHO  
**ADVOGADO** : REJANE BELLISSI LORENSETTE - SP154877

**EMENTA**

*PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL. ALEGADA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO VIOLADO. SÚMULA Nº 284/STF.*

*AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por MARCIA APARECIDA DA SILVA CAMATA contra decisão que inadmitiu o recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado São Paulo, assim ementado:

*Ementa - Consumidor - Erro Médico -- Laudo pericial que concluiu pela imperícia médica do Corréu Mauro Resende Filho - Alta precipitada, além de falhas tanto quanto à prescrição do medicamento, como na indicação do procedimento - Dano configurado, assim como o ato culposos e o nexo de causalidade -- Cerceamento de defesa não verificado - Prova pericial que se mostrava suficiente à análise da controvérsia - Laudo que isentou o Corréu Luis Alberto Sprovieri de responsabilidade - Valor da condenação imposta ao corréu que se mostra demasiado - Redução determinada -*

*Juros de mora devem incidir desde a citação (art. 405 do CC) - Recursos providos parcialmente.*

Nas razões do recurso especial, às fls. 1.153-1.160, e-STJ, a recorrente alega divergência jurisprudencial no tocante ao valor do dano moral, requerendo, logo assim, o restabelecimento da sentença.

Contrarrazões às folhas 1.210-1.212 e 1.214-1.219, e-STJ.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, às fls. 1.223-1.224, e-STJ, que inadmitiu o recurso especial por considerar que não houve comprovação do dissídio jurisprudencial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

Nas razões do agravo em recurso especial, às folhas 329-339, e-STJ, houve a devida impugnação ao fundamento da decisão agravada.

É o relatório.

Passo a decidir.

A controvérsia diz respeito à irressignação do recorrente quanto a redução do valor da indenização a título de danos morais.

A recorrente alega que o Tribunal de origem, ao decidir da maneira impugnada, deu interpretação diversa da realizada por este Tribunal, no tocante ao *quantum* indenizatório a título de danos morais.

Em que pese a argumentação da recorrente, o recurso não merece prosperar.

Isso porque, a recorrente deixou de indicar qual dispositivo de lei federal foi supostamente violado, o que atrai na espécie o óbice da Súmula nº 284/STF.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE.**

[...]

**3. Dissídio jurisprudencial não configurado, ante a ausência de indicação do dispositivo de lei federal sobre o qual se teria**

*dado interpretação divergente. Aplicação da Súmula 284/STF.*

*4. Agravo interno no recurso especial improvido.*

*(AgInt no REsp 1754437/PA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 27/03/2019, grifei).*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO DE LEI. AUSÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. ENUNCIADO SUMULAR. VIOLAÇÃO. ANÁLISE. VIA INADEQUADA.*

*[...]*

*2. O recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado o tema sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal. Se a divergência não é notória, e nas razões de recurso especial não há a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da divergência de interpretação à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.*

*[...]*

*4. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1361251/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 06/05/2019, grifei).*

Assim sendo, o não conhecimento do presente recurso é medida que se impõe.

**Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa (arts. 77, II c/c 1.021, § 4º, do CPC/15).

Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator

